

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**
Entrada nº: 103
Data: 08 MAR 2016



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2016.03.08

ASSUNTO: Proposta n.º 169-P/2016

«Aprovar a renovação da deliberação de autorização para recrutamento de quatro Assistentes Operacionais (Guarda-Freio) e de dois Assistentes Operacionais (Ajudante de Guarda-Freio), na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, por novo prazo de seis meses.»

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 64.º do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e mantido em vigor para o ano de 2016 pelo Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 8 de março de 2016.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Basílio Horta*



Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

6

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de Setembro, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 08.03.2016**

Proposta nº 169-P/2016, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 8 de março de 2016.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora do GAOM



Helena Saraiva



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt



PROPOSTA Nº /69 -P/2016

Considerando que por deliberação dos Órgãos Executivo e Deliberativo de 7 de julho e 17 de setembro de 2015 – Proposta Nº 575-P/2015 - foi aprovado o aditamento ao mapa de recrutamentos para 2015, anteriormente aprovado, correspondendo à abertura de dois procedimentos concursais, identificados como urgentes, visando o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de quatro Assistentes Operacionais (Guarda-Freio) e dois Assistentes Operacionais (Ajudante de Guarda-Freio), por recurso a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída e, admitindo-se, que em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho, a possibilidade de se recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo, ou sem vínculo de emprego público;

Considerando ainda que, este procedimento concursal advém da identificação, por parte do Departamento de Cultura, Juventude e Desporto, da necessidade de provimento de 6 postos de trabalho (área funcional de Guarda-Freio e Ajudante de Guarda-Freio) que viabilizem o funcionamento do serviço municipal “Elétrico de Sintra” a longo prazo, dada a imperiosa necessidade de garantir a operacionalização e o bom e regular funcionamento do Elétrico, que permitam, ainda, o estabelecimento de parcerias com empresas empreendedoras de turismo e de rede de hotéis;

Considerando que o aumento da equipa de Assistentes Operacionais vai permitir, indubitavelmente, um aumento qualitativo dos serviços prestados aos utentes, conduzindo, ainda à consolidação da marca “Elétrico”;

Considerando que o Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, e mantido em vigor para o ano de 2016 pelo Decreto-Lei nº 253/2015, de 30 de dezembro, obriga a que se observem as disposições específicas sobre recrutamento, concretamente as previstas no artigo 64º, em que as autarquias locais não podem, em regra, encetar procedimentos concursais tendentes à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, destinados a candidatos que não possuem uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sendo que tal só pode ocorrer em situações excecionais, devidamente fundamentadas, em que o órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, pode autorizar a abertura

Reunião de

8 MAR. 2016

Doctº Agendado com o
nº 6



dos referidos procedimentos concursais, e desde que se verifiquem, cumulativamente, os requisitos previstos no nº 2 do mesmo artigo;

Referem, ainda, os nºs 3 e 4 do referido artigo que, "(...) A homologação da lista de classificação deve ocorrer no prazo de seis meses, a contar da data da deliberação de autorização prevista no número anterior, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada.", sendo "(...) nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos números anteriores, (...) havendo lugar a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa, de montante idêntico ao despendido com tais contratações ou nomeações (...)".

Assim, e considerando ainda, que:

- No âmbito dos procedimentos concursais para recrutamento de 4 Assistentes Operacionais (Guarda-Freio) e 2 Assistentes Operacionais (Ajudante de Guarda-Freio), abertos por aviso publicado em Diário da República, 2ª Série, nº 238, de 4 de dezembro de 2015, encontra-se concluída a aplicação do 1º método de seleção (Prova Oral de Conhecimentos) aos candidatos admitidos; os demais métodos de seleção obrigatórios são complexos e morosos, obrigando ao recurso a entidades externas, nomeadamente no que refere ao método de seleção Avaliação Psicológica;

- Atenta a impossibilidade de conclusão dos procedimentos concursais dentro do prazo de autorização, concedido em dezassete de setembro de dois mil e quinze, pela Assembleia Municipal e que a Lei do Orçamento de Estado para 2015, mantida em vigor para o ano de 2016 pelo Decreto-Lei nº 253/2015, de 30 de dezembro, prevê, no seu artigo 64º, no que respeita à abertura de procedimentos concursais comuns, para recrutamento de trabalhadores por recurso a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, a necessidade de se obter a renovação da autorização do Órgão Deliberativo sob proposta do Órgão Executivo, nos exatos termos e em cumprimento do estatuído no nº 3, do referido artigo 64º;


E considerando, por fim, que importará, pelas razões acima aduzidas, acautelar a renovação da autorização inicialmente concedida, com os fundamentos atrás expostos:

Tenho a subida honra de PROPOR ao Órgão Executivo Municipal que, nos termos do artigo 64º do Orçamento do Estado para 2015, aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, e mantido em vigor para o ano de 2016 pelo Decreto-Lei nº 253/2015, de 30 de dezembro, **delibere aprovar, e submeter a subsequente deliberação da Assembleia Municipal, a renovação da deliberação de**

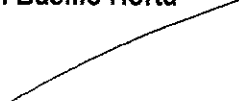
autorização para recrutamento de quatro Assistentes Operacionais (Guarda-Freio) e de dois Assistentes Operacionais (Ajudante de Guarda-Freio), na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, por novo prazo de seis meses, com fundamento na impossibilidade de concretização dos recrutamentos dentro do prazo inicial, atentas as fases procedimentais, legalmente impostas, que faltam desenvolver até à conclusão dos procedimentos.

Paços do Concelho de Sintra, 29 de fevereiro de 2016,

O Presidente da Câmara,



Dr. Basílio Horta



Reunião de

8 MAR. 2016

Doctº Agendado com o
Nº 6